

FATORES ASSOCIADOS À PREVALÊNCIA DE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Andreia Marinho Barbosa (1); Diana Rolim de Lacerda Ramalho (2); Rogéria Gomes da Silva (3); Laurycelia Vicente Rodrigues (4)

(1) Universidade Federal da Paraíba - amb_yeshua@yahoo.com.br; (2) Universidade Federal de Campina Grande - dianarramalho2015@gmail.com; (3) Universidade Regional do Cariri - rogeria_sjp@hotmail.com (4) Universidade de Pernambuco - laury_rodrigues11@hotmail.com.

Resumo: O Aleitamento Materno Exclusivo (AME) é recomendado para a saúde infantil até os seis meses de idade. A partir de então deve ser complementado com outros alimentos até os dois anos ou mais. Entretanto, a baixa prevalência de AME em nosso país aponta para a necessidade de constantes monitoramentos. Nesta perspectiva, esse estudo se lança ao desafio de avaliar os fatores associados a prevalência do AME em uma Unidade de Saúde da Família (USF). Trata-se de uma pesquisa do tipo retrospectiva descritiva de delineamento documental. A coleta de dados foi feita nos meses de novembro e dezembro de 2016, através de um levantamento dos prontuários das usuárias acompanhadas em pré-natal durante os meses de março/2015 a março/2016. Realizou-se análise descritiva dos dados e testaram-se as associações por meio do qui-quadrado. Dos 41 prontuários avaliados, verificou-se a prevalência de mães com idade entre 18 a 24 anos (43,9%), cor da pele parda (51,2%), casadas ou em união estável (82,9%), com ensino fundamental incompleto (39,0%) e que exerciam a função do Lar (43,9%). Quanto ao AME, 46,3% amamentaram exclusivamente até os seis meses de idade da criança e 53,7% interromperam o AME antes desse período, sendo a escolaridade a única variável associada estatisticamente a essa prática (p=0,020). Conclui-se que apesar dos benefícios e orientações recebidas pelas gestantes durante o pré-natal, o AME até os seis meses de idade da criança ainda é um desafio para mães e profissionais de saúde.

Palavras-chave: Aleitamento Materno, Mães, Saúde da Família.

Introdução

O Aleitamento Materno Exclusivo (AME) nos primeiros seis meses de vida além de ser uma estratégia inigualável para fornecer os nutrientes necessários ao crescimento e o desenvolvimento da criança, também tem importantes implicações na saúde materna (STEPHAN; CAVADA; VILELA, 2012).

O sucesso do aleitamento materno depende de fatores que podem influir de forma positiva ou negativamente. Alguns dos fatores como as características de personalidade e a atitude frente à situação de amamentar estão diretamente relacionados à mãe, ao passo que as condições de nascimento e período pós-parto, dentre outros, se referem ao ambiente e a criança (FIALHO et al, 2014).

As mulheres ao se depararem com aleitamento materno requerem que lhes sejam apresentados modelos ou guias práticos de como conduzir esse processo (URBANETTO et al., 2018). Nessa conjuntura, a Estratégia Saúde da Família (ESF), modelo de Atenção Primária à Saúde (APS) adotado no Brasil, visa



incentivar a prática de aleitamento materno com o fornecimento de orientações desde o acompanhamento pré-natal até os cuidados prestados durante as consultas puerperais e de puericultura (BRASIL, 2012).

No período do pré-natal a gestante deverá ser orientada pela equipe quanto à importância e os benefícios do aleitamento materno; mitos, crenças e medos presentes na amamentação; possíveis dificuldades; desvantagens do uso da chupeta e mamadeira; além da necessidade de alimentação adequada da nutriz durante essa fase (AMORIM, 2009; RAMOS, 2014).

Já nas consultas puerperais e de puericultura a equipe deve acompanhar o processo de aleitamento materno e os cuidados ao bebê, provendo as mães de informações sobre o AME e acolhendo suas ansiedades e fantasias. Devem também abrir espaço para o esclarecimento de dúvidas e oferecer dicas práticas para facilitar o ato da amamentação (BRASIL, 2012).

As atividades desenvolvidas nas Unidades com gestantes e nutrizes em prol da amamentação são capazes de aumentar significativamente a duração do aleitamento materno (PASSANHA, 2013). Entretanto, a II Pesquisa Nacional de Aleitamento Materno, realizada no Brasil em 2009, mostrou uma prevalência de AME em menores de 6 meses de 41,0% no conjunto das capitais brasileiras e Distrito Federal, com discrepâncias entre os diferentes municípios que participaram da pesquisa: de 27,1% em Cuiabá/MT a 56,1% em Belém/PA. O nordeste apresentou a menor prevalência de AME do país (37,0%), e a capital João Pessoa a quarta maior da região (39,1%), estando ambas abaixo da média nacional (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com essa pesquisa, observou-se uma tendência crescente da prevalência do AME com o aumento da escolaridade materna. Já em relação à idade materna a maior frequência de AME foi identificada entre as mulheres entre 20 e 35 anos (BRASIL, 2009).

Essa baixa prevalência de AME em nosso país aponta para a necessidade de constantes monitoramentos, por isso, este estudo se lança ao desafio de avaliar os fatores associados a prevalência do AME em uma Unidade de Saúde da Família (USF) na capital paraibana.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo retrospectiva descritiva de delineamento documental, desenvolvida em uma USF localizada no município de João Pessoa-PB, a qual é campo da



Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (RMSFC).

O período de coleta de dados compreendeu os meses de novembro a dezembro de 2016, onde se realizou um levantamento documental dos prontuários das usuárias que fizeram acompanhamento pré-natal com a equipe de residentes multiprofissionais durante os meses de março/2015 a março/2016.

Como critério de inclusão a gestante deveria ter realizado no mínimo 3 interconsultas de pré-natal. Foram excluídos os prontuários com informações incompletas; de gestantes gemelares; idade menor a 18 anos; e cujas crianças ainda não haviam completado 6 meses de idade. Então, dos 84 prontuários de gestantes cadastrados no período citado, 41 se enquadravam nos critérios e constituíram-se objeto da análise.

As informações coletadas estiveram relacionados ao perfil sociodemográfico das mães (idade, escolaridade, cor da pele, ocupação e situação conjugal) e sobre a duração de AME.

Os dados foram transcritos para o meio digital através do Programa *Microsoft Excel* ®, versão 2010, e exportados posteriormente para o Programa SPSS, versão 22.0, onde as variáveis categóricas foram descritas por frequências simples e percentuais, e as associações testadas por meio do qui-quadrado. A probabilidade menor ou igual a 5% foi utilizada como critério de não associação.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCM-PB) de acordo com a certidão nº 044/2016, e todos os procedimentos da pesquisa foram realizados de acordo com a regulamentação de pesquisas envolvendo seres humanos (Resolução CNS 466/2012).

Resultados e Discussão

O perfil sociodemográfico das participantes está descrito na Tabela 1. Observou-se que essas apresentaram idade entre 18 e 41 anos, sendo a faixa etária de 18 a 24 mais prevalente (43,9%), seguida por aquelas que estavam entre 25 e 30 anos (26,8%), 31 a 35 anos (17,1%), e 36 a 41 anos (12,2%), respectivamente. Esses resultados vão de encontro ao estudo realizado por Ferreira (2018) que observou um maior número de gestantes na faixa etária entre 18 e 30 anos (58,4%).

Constatou-se que mais da metade das mães desse estudo declaravam-se de cor da pele parda (51,2%), casadas ou em união estável (82,9%) e exerciam a função Do Lar (43,9%). Quanto à escolaridade verificou-se que 7,3% eram



analfabetas, 39,0% possuíam o ensino fundamental incompleto, 24,4% o ensino fundamental completo, e 29,3% o médio completo.

Tabela 1 – Perfil Sociodemográfico das mães de uma Unidade de Saúde da Família (USF) em João Pessoa-PB, 2016.

n	%
18	43,9
11	26,8
7	17,1
5	12,2
13	31,7
21	51,2
7	17,1
34	82,9
7	17,1
3	7,3
16	39,0
10	24,4
12	29,3
18	43,9
5	12,2
3	7,3
	4,9
1	2,4
1	2,4
3	7,3
2	4,9
1	2,4
2	4,9
1	2,4
1	2,4
1	2,4
	18 11 7 5 13 21 7 34 7 34 7 18 5 3 16 10 12 18 5 3 2 1 1 3 2 1 1 1 3 1

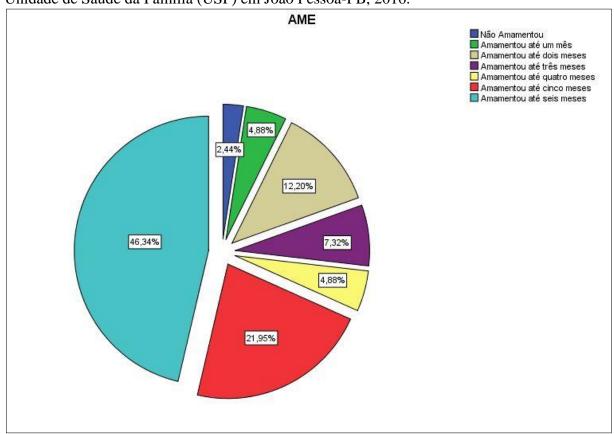
Os resultados encontrados quanto ao perfil demográfico das mães foram semelhantes aos de Pereira et al. (2010) quando analisaram os fatores associados ao AME em Unidades Básicas de Saúde do Município do Rio de Janeiro, quanto a cor da pele não branca (72,2%), moravam com companheiro (85,9%), possuíam ensino médio incompleto (74,4%) e não exerciam trabalho remunerado (65,5%).



Em relação à prevalência de AME, observou-se que das 41 mães participantes do estudo, 46,3% amamentaram exclusivamente até os 6 meses de idade da criança e 53,7% interromperam o AME antes desse período. Dentre essas, 1 (2,44%) não amamentou (Tabela 2).

Heimann (2016) quando avaliou a frequência do AME em crianças de 0 a 6 meses em uma USF localizada no município de Carpina-PE, evidenciou que apenas 21% das mães faziam uso exclusivo do aleitamento materno até o sexto mês do bebê e 50% das crianças já se encontravam em aleitamento artificial. Por outro lado Emi et al. (2017) ao realizar a mesma avaliação em uma USF na cidade de Patos de Minas-MG, identificaram que 46% crianças receberam aleitamento exclusivo até os seis meses, enquanto 54% das mães introduziram algum outro tipo de alimento antes dessa idade. O presente estudo vem corroborar com tais achados, uma vez que a duração de aleitamento não exclusivo até os seis meses ultrapassou 50% do total da amostra.

Gráfico 1. Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) entre as crianças de uma Unidade de Saúde da Família (USF) em João Pessoa-PB, 2016.



Concernente à relação entre as variáveis sociodemográficas e a duração de AME entre as participantes do estudo, os resultados não mostraram associações significativas (Tabela 3). Entretanto, a variável escolaridade quando associada à prática de aleitamento materno em três classificações (83) 3322.3222



(não amamentou, não amamentou exclusivamente até os seis meses, e amamentou exclusivamente até os seis meses) apresentou correlação estatisticamente significativa (p=0,020), aferindo-se que quanto menor a escolaridade da mãe, possivelmente menor será a prática do aleitamento materno exclusivo.

Tabela 2. Relação entre perfil sociodemográfico das mães e a duração de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) em uma Unidade de Saúde da Família (USF) em João Pessoa-PB, 2016.

Variável	Duração de Aleitamento Materno				
	Não exclusivo até seis meses		Exclusivo até seis meses		Valor de p*
	n	%	n	%	-
Idade					0,610
18 a 24	9	22,0	9	22,0	
25 a 30	5	12,2	6	14.6	
31 a 35	4	9,8	3	7,3	
36 a 41	4	9,8	1	2,4	
Cor					0,550
Branco	6	14,6	7	17,0	
Parda	11	27,0	10	24.3	
Negra	5	12.2	2	4.9	
Estado Civil					0,839
Cas/Estável	18	44,0	16	39,0	0,000
Solteiro	4	9.8	3	7.3	
Escolaridade					0,327
Analfabeta	3	7.3	0	_	-,
Fund. Incompleto	7	17,0	9	22,0	
Fund. Completo	6	14.6	4	10	
Médio Completo	6	14.6	6	14.6	
Ocupação					0,088
Do Lar	6	14.6	12	29.3	-,
Op. Caixa	4	9.8	1	2.4	
Doméstica	3	7.3	0	-	
Estudante	2	4.9	1	2.4	
Cuidadora	2	4.9	0	-	
Aux. de Serviços Gerais	2	4.9	0	-	
Cabeleireira	1	2.4	0	-	
Recepcionista	1	2.4	0	-	
Diarista	1	2.4	0	-	
Faxineira	0	-	2	4.9	
Aux. Cozinha	0	-	1	2.4	
Comerciante	0	-	1	2.4	
Garçonete	0	-	1	2.4	

Tais achados vão de encontro a II Pesquisa Nacional de Aleitamento Materno. Já os resultados de Emi et al. (2017) indicaram que entre as mães que ofereceram leite materno exclusivo por um período inferior a seis meses, as com ensino básico mostraram-se mais



frequentes (53%), seguidas por aquelas com grau universitário (50%) e ensino secundário (33%).

Conclusões

Conclui-se que apesar dos benefícios e orientações recebidas pelas gestantes durante o pré-natal, o AME até os seis meses de idade da criança ainda é um desafio para mães e profissionais de saúde. Por isso, novas estratégias devem ser adotadas pela equipe de saúde de modo a aumentarem esta prevalência em sua área de abrangência.

Sugere-se a realização de um estudo qualitativo que avalie a subjetividade materna diante da prática de amamentar, para que sejam identificadas as principais dificuldades encontradas por elas e subsidie-se a melhor estratégia de intervenção a ser adotada pela equipe.

Referências

AMORIM, M. M.; ANDRADE, E. R. Atuação do enfermeiro no PSF sobre aleitamento materno. **Perspectivas**, v. 3, n.3, p.93-110, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

EMI, H. T. P. et al. **Análise da Prevalência do Aleitamento Materno Exclusivo na Área de Abrangência da Unidade Básica de Saúde** Anais do INESC – II Mostra Científica do curso de Medicina – 2017. Disponível em:

http://revistas.unipam.edu.br/index.php/anaisDoInesc. Acesso em 03 de mai. de 2018.

FERREIRA, M. G. C.; GOMES, B.M. F. P.; FRACOLLI, L. A. Aleitamento Materno: orientações recebidas por gestantes acompanhadas pela estratégia saúde da família. **Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 16, n. 55, p. 36-41, 2018.

FIALHO, F.A. et al. Fatores associados ao desmame precoce do aleitamento materno. **Rev Cuidart.,** v.5, n.1, p. 670-8, 2014.

HEIMANN, C. et al. A frequência do aleitamento materno exclusivo em uma unidade de saúde da família em Carpina/PE. **Revista Saúde** – **UNG** – **SER**, v. 10, n.1 (ESP), 2016.

PASSANHA, A.; BENÍCIO, M. H. D. A.; VENÂNCIO, S. I.; REIS, M. C. G. Implantação da



Rede Amamenta Brasil e prevalência de aleitamento materno exclusivo. **Rev Saúde Pública**, v. 47, 6, p.1141-8, 2013.

PEREIRA, R. S. V. et al. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo: o papel do cuidado na atenção básica. **Cad Saude Publica**, v. 26, n. 12, p. 2343-54, 2010.

RAMOS, L. C. Aleitamento materno – efeito de intervenção educativa com equipe de enfermagem na orientação à nutrizes. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

STEPHAN, A. M. S.; CAVADA, M. N.; VILELA, C. Z. Prevalência de aleitamento materno exclusivo até a idade de seis meses e características maternas associadas, em área de abrangência de unidade de Saúde da Família no município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 2010. **Epidemiol. Serv. Saúde,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 431-438, 2012.

URBANETTO, P.D.G. et al. Facilidades e dificuldades encontradas pelas puérperas para amamentar. **Rev Fund Care Online.**, v.10, n.2, p. 399-405, 2018.